

A revista *Veja* e o livro *Por uma vida melhor*: uma análise crítica discursiva

*Veja magazine and the book Por uma vida melhor:
a discursive analysis*

Laura Jorge Nogueira CAVALCANTI¹

Resumo: Este trabalho investiga os textos publicados na revista VEJA subsequentes à adoção do livro didático *Por uma vida melhor*, pelo MEC, para alunos do programa EJA. O estudo dos textos se apoia nos fundamentos teóricos da Análise Crítica do Discurso para elucidar como foram aplicadas as estratégias linguísticas da lexicalização e da adjetivação na elaboração do discurso da revista à respeito do assunto, e como esse discurso se posiciona ideologicamente na arena discursiva atual.

Palavras-chave: Revista VEJA. Livro didático. Discurso.

Abstract: This study investigates an articles published in VEJA magazine concerning the adoption by MEC of the textbook *Por uma vida melhor* for students of the EJA program. The analysis of the articles is based on the theoretical foundation of Critical Discourse Analysis, and aims at investigating how linguistic strategies of lexicalization and adjectivation applied in the construction of the magazine's discourse regarding the issue, and how this discourse is ideologically positioned in the contemporary discursive arena.

Keywords: VEJA magazine. Textbook. Discourse.

Introdução

Em 12 de maio de 2011 um debate nacional iniciou-se ao se ver adotado pelo Ministério da Educação e Cultura, MEC, o livro didático *Por uma vida melhor*. O livro, que faz parte do Programa Nacional do Livro Didático, é utilizado para o ensino de língua portuguesa para alunos do programa de Educação para Jovens e Adultos, EJA, e, como outros livros didáticos de português no Brasil, tem um capítulo que trata sobre variação linguística. Contudo, por acaso ou por contingência, essa obra acabou se tornando o foco de um acirrado debate a nível nacional.

A mídia em geral reagiu à adoção do livro contrariamente, criticando a iniciativa do MEC e a obra em si. Por outro lado, linguistas e educadores levantaram suas vozes para serem ouvidos e oportunamente discutirem as ideologias pedagógicas que fundamentam a obra. Nesse artigo, exploraremos os textos publicados e disseminados na mídia impressa, mais especificamente na revista VEJA, acerca do assunto, a fim de elucidar como o periódico se posicionou discursivamente no debate.

A base teórica para a análise dos textos será encontrada na Análise Crítica do Discurso, levando em consideração as obras de Norman Fairclough

¹ Pós-graduanda da FAFIRE, no curso de Linguística Aplicada a Práticas Discursivas, em 2011.

sobre o poder social do discurso. Tomando apoio em textos concretos, observaremos como a utilização de estratégias como a lexicalização e adjetivação levam à construção de um discurso pejorativo em relação à figura do linguista em si, e consequentemente do professor de português, revelando uma ideologia de separatismo e disciplina ao atacar a ideologia socialista por trás da iniciativa do MEC.

Para entender do que se trata o debate, faz-se necessário entender o fenômeno da variação linguística e o que o reconhecimento desse fenômeno significa para o ensino de língua materna. Logo, a primeira parte do artigo tratará desse tema e de seus efeitos pedagógicos. Em um segundo momento, exploraremos como o tema foi tratado na revista VEJA, mais especificamente na edição de número 2218, de 25 de maio de 2011, e identificaremos como as estratégias discursivas da lexicalização e da adjetivação foram utilizadas para colocar em situação desfavorável os autores do livro, o governo (que adotou e se recusou a retirar o livro) e, por um efeito de associação, os profissionais de letras e linguistas brasileiros em geral. Por fim, consideraremos as possíveis consequências sociais da disseminação do discurso midiático acerca desse assunto e quais os pontos potencialmente positivos e negativos de tal debate.

Variação linguística e prática pedagógica

Desde a antiguidade grega se debate a natureza da língua. E desde aquela época o debate se estabeleceu e se perpetuou entre dicotomias como o verdadeiro e o falso, por exemplo. Na época de Platão e Aristóteles, a questão era determinar se os signos apontavam para as coisas com verdade ou com falsidade. Séculos mais tarde, as dicotomias persistiram, por exemplo, no debate entre a língua e a fala (*langue* e *parole* para Saussure, considerado por muitos como o fundador da Linguística) ou entre o certo e o errado. Porém, com o avanço dos estudos linguísticos e a colaboração de outras áreas de estudo, como a Psicologia, Sociologia e Antropologia, hoje se percebe que a questão de verdadeiro ou falso, certo ou errado e outras dicotomias que colocam em posição de enfrentamento diferentes aspectos de uma mesma língua, com valorização de um em detrimento de outro, já não têm relevância.

Hoje se reconhece que as línguas não são instrumentos que utilizamos para chegar a uma grande verdade; não são entidades extra-humanas que nos são transmitidas de geração a geração; não são entidades ou conjuntos de regras prontas; não têm uma forma certa e, consequentemente, uma forma incorreta. Muitos foram os caminhos percorridos para chegarmos a essas conclusões, mas um nome pode ser apontado como uma importante figura nesse processo: William Labov.

Ao realizar estudos sobre a variante do inglês utilizada pela comunidade negra em Nova York, o sociolinguista Labov contribuiu não só para o avanço da ciência linguística abrindo mais um escopo a ser explorado, mas ao obrigar-nos a reconhecer em diferentes variantes de idiomas uma gramaticalidade e regularidade inegáveis (PINKER, 2007). Depois dessa realização, começou-se a trabalhar com a ideia de que as línguas variam não só historicamente, como se pensava antes, mas também sincronicamente entre classes sociais, regiões, faixas etárias, etc. E a esse fenômeno se chamou variação linguística – algo que afeta a todos os idiomas, sem exceção. Pois, se somos nós falantes que concretizamos a língua, se é somente através dos falantes que podemos atestar que um idioma existe (considerando, claro, que estamos tratando de idiomas que ainda têm falantes vivos, ou como se costuma chamar línguas vivas), somos nós falantes que também o alteramos de acordo com nossas necessidades, contingências da vivência em sociedade, mudanças culturais, etc.

Não se nega, porém, que existe uma variedade chamada normalmente de padrão e que em geral é a que se ensina na escola, é exigida em documentos oficiais, textos acadêmicos e pronunciamentos mais formais, dentre outras situações e contextos. Porém, vale ressaltar que a norma padrão das línguas, ou seja, a representação mais à risca das regras que regem o sistema, também apresenta variação: “não é tarefa simples dizer qual é a forma padrão (efetivamente, os padrões também são variados e dependem das situações de uso) (DIONISIO, 2005, p. 77).

O reconhecimento desse fenômeno pela comunidade linguística não significou que imediatamente foram formulados livros didáticos que tratavam das variedades dos idiomas. Muito pelo contrário. A batalha continua pela inclusão de um tratamento adequado das várias possibilidades de utilização de um mesmo idioma, legitimamente, entre diferentes grupos sociais. E pouco a pouco se tem admitido falar em sala de aula sobre diferentes formas igualmente aceitáveis de se agir linguisticamente.

Uma importante iniciativa nessa direção encontra-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais, onde, ao falar sobre as outras instâncias educativas (família, comunidade, mídia, religião), os PCN orientam que, mesmo sendo divergentes no que concernem às formas e conteúdos que se postulam na escola, não devem ser combatidos, ignorados ou desvalorizados os conteúdos extraescolares: “É necessário que a escola considere tais direções e forneça uma interpretação dessas diferenças, para que a intervenção pedagógica favoreça a ultrapassagem desses obstáculos num processo articulado de interação e integração” (ORIENTAÇÕES CURRICULARES, 1997, Livro 1, p.39). Aqui vemos uma orientação geral de integração entre o que se estuda

na escola e o que o aluno vivencia fora da escola, não uma orientação de exclusão do conhecimento extraescolar do aluno.

Além disso, em outro trecho direcionado precisamente ao ensino de língua materna, encontra-se reforço à ideia do respeito à variação linguística do português brasileiro:

Para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado [...] A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas (ORIENTAÇÕES CURRICULARES, Livro 2, p. 26).

Portanto, fica claro que o plano para o avanço da educação brasileira contempla o fenômeno da variação linguística e, mais ainda, o incorpora em suas orientações pedagógicas. O que é um primeiro e essencial fator para o “contágio” dessa prática nos demais participantes da elaboração de materiais didáticos, gestão escolar, supervisão pedagógica, dentre outros agentes da educação.

Análise crítica dos textos impressos

Antes de iniciar, de fato, a análise dos textos impressos acerca da adoção do livro *Por uma vida melhor*, cabe esclarecer o que significa fazer Análise Crítica do Discurso, doravante ACD. Em termos gerais, podemos dizer que a ACD se baseia em textos (produtos do discurso), a fim de elucidar estratégias discursivas a serviço de agendas ideologicamente motivadas e de expor o potencial discursivo para se evitar ou se efetuar mudanças sociais. Após explicar em mais detalhes os fundamentos dessa agenda de trabalho da Linguística, partiremos para a aplicação de seus métodos de análise aos textos impressos.

Análise Crítica do Discurso: fundamentos chave

Para entender melhor a prática do analista do discurso, alguns conceitos básicos devem ser esclarecidos. Primeiramente, o fato de que a língua não é apenas uma ferramenta para comunicação de ideias. Na Análise do Discurso a língua é um potencial para agir dentro de uma comunidade social. A utilização da língua, portanto, é uma prática social histórica e culturalmente

situada. Isso significa que nenhum texto pode ser analisado por e em si mesmo, sem levar em consideração os contextos histórico, político, cultural e social em que se encontra.

Além disso, o sujeito falante não é totalmente autônomo. Nosso senso comum nos faz crer que tudo o que produzimos linguisticamente nos é próprio e foi criado por nós. Quando, na verdade, como coloca Bakhtin, “nossa fala é preenchida com palavras de outros, variáveis graus de alteridade e variáveis graus do que é de nós próprios, variáveis graus de consciência e de afastamento” (BAKHTIN *apud* FAIRCLOUGH, 2001, p. 134). Assim, o sujeito que fala hoje, reconstrói um discurso prévio nesse falar. E ao fazer isso, se enquadra em um grupo social, em uma postura ou ideologia associada a esse grupo.

O que nos leva a outra constatação feita por Bakhtin: a de que não há discurso inocente. Todo texto é carregado de ideologias, quer o sujeito falante esteja ciente disso ou não. O que é importante notar é que, na perspectiva da ACD, cabe a ideia de que a ideologia pode servir tanto para manter as estruturas sociais e crenças vigentes (como na versão Marxista, como uma forma de controle social), ou para incitar mudanças nessas mesmas estruturas. Portanto, a prática da Análise Crítica de Discursos não acaba em si mesma, mas é uma agenda de trabalho que visa à melhoria das relações sociais, através da adoção de uma visão crítica das práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2001).

Finalmente, cabe esclarecer o que se entende por discurso nessa linha de pesquisa. Como coloca Fairclough, “pai” da Análise Crítica, qualquer texto, ou exemplo de discurso “é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22). Portanto, quando analisamos um texto, focamos primeiramente elementos linguísticos que nos darão pistas de uma prática discursiva regida e ao mesmo tempo regente de uma prática social. Consideramos, portanto, que o discurso tem efeitos nas estruturas sociais e nos sistemas de crenças de uma sociedade na qual circula.

Análise dos textos

Decidimos analisar o emprego da estratégia (a palavra estratégia é utilizada justamente para enfatizar o cunho motivado das escolhas linguísticas efetuadas pelos produtores dos textos) de lexicalização (escolha de termos de vocabulário) e de adjetivação (emprego de certos adjetivos em relação aos agentes envolvidos no acontecimento) nos textos veiculados pela revista após a disseminação da “notícia” (colocada aqui entre aspas, pois partimos da convicção de que as mídias se posicionam como transmissoras objetivas e

imparciais de informações, quando na verdade isso seria impossível do ponto de vista da ACD).

Na edição de número 2218 da revista, do dia 25 de maio de 2011, foram publicados 03 textos que tratam diretamente da controvérsia gerada acerca da adoção do referido livro didático pelo MEC: a carta ao leitor, um artigo da escritora Lya Luft, e uma reportagem sob a classificação do tema Educação. Para o propósito deste trabalho, não focaremos o texto da autora Lya Luft por se tratar de um artigo de opinião, e que, como tal, tem uma licença intrínseca para não se ater a objetividade alguma e muito menos para se propor enquanto texto informativo.

A carta ao leitor, intitulada “Preconceito contra a educação”, está permeada por escolhas lexicais de conotação negativa quando se refere ao livro didático ou aos defensores e utilizadores do mesmo. A começar pela introdução que trata do fato da adoção do livro como algo que deveria ser escondido, ou seja, ilícito, ao dizer que “uma reportagem desta edição de VEJA relata as reações provocadas pela **revelação** de que o livro *Por uma vida melhor* foi distribuído” (grifo nosso) (VEJA, 2011, p. 14). A partir daí, o texto estabelece uma dicotomia entre uma forma correta e formas erradas de se empregar o português: “a norma culta urbana – ou seja, o modo correto de falar e escrever, segundo as regras gramaticais [...] De fato, existem outras formas de expressar-se” (VEJA, 2011, p. 14).

Extrapolando apenas os âmbitos linguísticos, o texto estabelece a separação de dois universos: o dos cultos (que utilizam a norma culta) e o dos incultos (que utilizam as “outras formas de expressar-se”). O universo dos cultos é o “universo linguístico que produz filosofia, ciência e literatura – e que, assim, lhes possibilita pensar com mais profundidade” (VEJA, 2011, p.14). É importante ressaltar que, postos em posições opostas, esses dois universos não podem coincidir, e o que é próprio de um não pode então ser próprio de outro, como colocado no texto. Portanto, tudo que é estabelecido como fazendo parte do universo dos “cultos” não pode ser concebido no universo dos “incultos”, negando, assim, às pessoas que não utilizam a norma padrão, as características de cultura, de produção científica, e mesmo de pensar.

Também são postos em oposição os que defendem o livro (e consequentemente os fundamentos pedagógicos e ideológicos representados nele) e os que defendem a educação formal, ou, como colocada no texto, “libertadora”, que vai passar ao aluno o “bom português”, que passa aos alunos “os códigos que lhes permitiriam alcançar uma vida melhor” (VEJA, 2011, p.14). Mais uma dicotomia é criada discursivamente e uma configuração de embate, luta e conflito é estabelecida entre essas duas linhas pedagógicas.

Em termos de adjetivação que foi empregada nessa carta ao leitor, o

que se fez foi qualificar a iniciativa do MEC como uma “fraude intelectual” e um “desvario” que tem um “lado perverso” (VEJA, 2011, p.14). Essas escolhas de qualificadores não foram feitas ao acaso e muito menos objetivamente, lembrando que nenhum discurso é inocente. Nota-se, na realidade, um discurso apaixonado, que não deve ser característico de mídias impressas jornalísticas, e que coloca o MEC e o livro adotado em clara posição de vilões.

Um recurso muito utilizado pelas mídias em geral é o da citação de algum especialista ou alguém da área, que possa elucidar aspectos mais técnicos ou formais, e conseqüentemente mais legítimos, sobre os assuntos. A seleção de quem fala ou quem cala é muito significativa para a análise dos discursos, pois, ao se controlar quem terá voz ou não, se controla quem tem o direito à participação na desconstrução e reconstrução dos sentidos acerca do assunto. No caso da carta ao leitor publicada, a citação mais proeminente e longa é da procuradora da República do Ministério Público Federal (cargo notório, indicando uma pessoa de prestígio e notabilidade intelectual) Jane Ascari, que diz: “Vocês estão cometendo um crime contra nossos jovens, prestando um desserviço a educação já deficientíssima do país e desperdiçando dinheiro público” (VEJA, 2011, p. 14). Essa citação, além de também ser bastante e ostensivamente pessoal, é duplamente eficaz em qualificar a atitude do MEC como um “crime”, pois vem de uma pessoa que, além de exigir respeito (como notado anteriormente), trabalha para o próprio governo que está por trás da decisão do MEC. O restante da carta prossegue com estatísticas que corroboram o que foi colocado pela procuradora como “educação [...] deficientíssima”.

Enquanto gênero textual, a carta do editor, que é direcionada ao leitor, serve para ressaltar as matérias de maior interesse e destaque na edição. Portanto, podemos considerá-la nesse caso como um prelúdio da matéria especialmente sobre Educação, intitulada “Os adversários do bom português”, e cujo subtítulo ou *lead* é “Doutrinar crianças com a tese absurda de que não existe certo ou errado no uso da língua é afastá-las do que elas mais precisam para ascender na vida”. A reportagem é assinada por Renata Betti e Roberta de Abreu Lima.

Esse aspecto introdutório da carta ao leitor é reforçado pela interdiscursividade ou heterogeneidade mostrada, ou seja, a presença explícita de um discurso no outro (AUTHIER-REVUZ *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008); na reportagem em relação à carta, na utilização de palavras como “desvarios”, “crime”, dentre outras, e da citação, mais uma vez, da procuradora Janice Ascari, inclusive com as mesmas palavras utilizadas na carta ao leitor. Enquanto se trata de citações na reportagem, é interessante notar

que outros que são citados são “a educadora Maria Inês Fini” e “o linguista Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras e autor de dezenas de livros” (estes contra a iniciativa do MEC) e “Heloísa Ramos, uma das autoras” (VEJA, 2011, p. 86-87). Além da clara adjetivação positiva utilizada para os que falam contra o livro didático, nota-se a falta de adjetivação da educadora que foi uma das autoras do livro, como se ela não tivesse qualificações, muito menos louváveis. Mais gritante ainda é o silenciamento ostensivo de “um certo Marcos Bagno, professor da Universidade de Brasília (UnB)” (VEJA, 2011, p.87). Note-se que o uso do qualificador “um certo” denota um sentimento negativo e pejorativo em relação à pessoa mencionada, mas que não teve sua palavra publicada. Sobre o silenciamento de indivíduos, Foucault o considerava uma forma de controle ou um dos “três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade” (FOUCAULT, 2010, p. 19).

Quanto à lexicalização empregada na reportagem, mais uma vez fica clara, já a partir do título, a separação entre uma entidade do bem e uma entidade do mal, um lado do certo e um lado do errado, um lado da norma culta e um lado da variação linguística. Ligados ao lado do bem, do certo, estão escolhas lexicais como “ascender na vida”, “sucesso”, “rigor”, “conhecimento”, “habilidades”, “disciplinas”, etc. Conectados ao lado do mal, do errado, estão termos como “adversários”, “doutrinar”, “tese” (ao contrário de algo que é comprovado, uma tese é apenas uma possível maneira de conceber algo), “bandeira” (que implica uma causa pouco popular pela qual se luta, pois não é aceita por todos), “falsos intelectuais”, “erro”, “desserviço”, “ignorância”, “desvarios”, “visão de mundo” (que implica uma concepção de mundo que não se adequa à realidade, é apenas uma versão de um mundo, um desvario), “apologia do erro”, “absurdo”, “talibãs da linguística” (em referência ao grupo terrorista, igualando os proponentes da utilização do livro a terroristas), “estupidez”, “talibãs acadêmicos”, “preguiça”, “atraso”, “lixo acadêmico”.

Fica claro, portanto, que as escolhas lexicais utilizadas para descrever a iniciativa do MEC de adoção e continuação de utilização do livro didático *Por uma vida melhor* são em sua maioria escolhas direcionadas a prejudicar a imagem dessa iniciativa, colocando-a como algo que deve ser combatido, condenado e repreendido.

Para uma leitura completa de qualquer texto e uma análise completa de um discurso, faz-se necessário também a análise dos elementos extratextuais – os elementos que, junto com o texto principal, compõem o texto integral em suas multimodalidades – as tabelas, destaques, legendas de fotos e gravuras, etc. A gravura central (Figura 1) que ilustra a matéria mostra uma

professora escrevendo no quadro a frase “Nóis é”. Tem-se como senso comum que o conteúdo que se coloca no quadro deve ser copiado e apreendido pelos alunos como o conteúdo da aula, portanto, a professora na gravura estaria ensinando aos alunos a utilizar essa forma linguística. Outro ponto importante da gravura é que a gramática foi colocada no lixo, implicitamente, pode-se dizer, pela mesma professora que escreve no quadro. A ilustração serve assim para reforçar o que o texto diz.

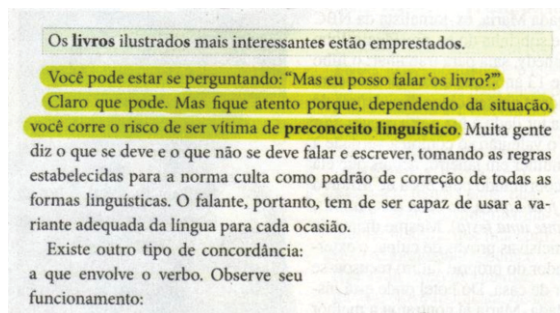
Figura 1. Ilustração encontrada na matéria “Adversários do bom português” da revista VEJA.



Fonte: edição número 2218, de 25 de maio de 2011, páginas 86 a 87.

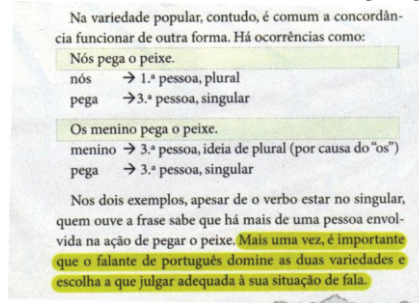
Além dessa ilustração, encontramos trechos do livro didático (Figuras 2 e 3) com grifos que servem para orientar a atenção do leitor para a parte que seria de interesse ler, recurso que normalmente se utiliza no jornalismo para economizar tempo e ao mesmo tempo passar as informações “relevantes”. Vemos então que a utilização do recurso acaba por colocar a informação grifada como mais relevante do que as informações não grifadas.

Figura 2. Ilustração encontrada na matéria “Adversários do bom português” da revista VEJA.



Fonte: edição número 2218, de 25 de maio de 2011, página 86.

Figura 3. Ilustração encontrada na matéria “Adversários do bom português” da revista VEJA



Fonte: edição número 2218, de 25 de maio de 2011, página 87.

Quanto à carta ao leitor (Figura 4), a disposição das imagens e texto é bem simples, havendo apenas uma foto ilustrativa de uma sala de aula do que parece uma turma de ensino médio. Contudo, a legenda da foto acusa mais uma vez a ideologia discursiva por trás do texto: **“É na sala de aula que as crianças se libertam da ignorância e aprendem a distinguir o certo do errado”** (grifos nossos, VEJA, 2011, p. 14).

Figura 4. Carta ao leitor da revista VEJA,



Fonte: edição número 2218, de 25 de maio de 2011, página 14.

Como pudemos observar, as escolhas lexicais e de adjetivação empregadas para descrever a iniciativa do MEC ao adotar o referido livro didático foram claramente negativas, no sentido que pode ser atribuído aos termos utilizados na sociedade brasileira hoje. O debate gira em torno da utilização desse livro, mas também remete às atitudes do governo, que atualmente é um governo de cunho ideológico socialista. Agregamos a isso o fato de que a revista VEJA, que é parte da editora Abril, é tradicionalmente reconhecida como uma publicação de direita e conservadora, que normalmente se posiciona contra o governo do Partido dos Trabalhadores. Os autores dos textos veiculados em VEJA, portanto, estão sujeitos às ideologias que permeiam o periódico, não podendo dizer o que querem dizer, mas sendo coagidos e constrangidos no que tange o discurso pela instituição para a qual trabalham (FOUCAULT, 2010).

E assim, ao gerar-se esse debate em torno da utilização de um livro que postula a incorporação de várias vozes e um ensino de respeito da língua materna brasileira, pode-se observar como o discurso se coloca como um espaço para que as lutas e batalhas ideológicas sobre o assunto sejam travadas. Afinal de contas, o discurso é mais do que representação da realidade:

eles as [realidades] constroem ou as 'constituem'; diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam elas a 'doença mental', a 'cidadania', ou o 'letramento') de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais [...] e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise de discurso (FAIRCLOUGH, 2001, P. 22).

Vimos, portanto, através de nossa análise crítica do discurso em VEJA, que a entidade-chave em questão, a educação, é colocada em questionamento e as pessoas são incitadas a se posicionarem em relação à questão. Os efeitos dessa incitação vão depender de vários fatores e de outros diálogos com outros discursos e textos, mas talvez, acima de tudo, de quão críticos são os leitores de VEJA. Podemos, ainda assim, através da análise, comprovar o investimento ideológico colocado pela publicação em relação ao tema.

Considerações finais

Nosso objetivo com esse artigo foi expor como a revista VEJA se utilizou de recursos e estratégias discursivas (lexicalização e adjetivação) para desestabilizar e deslegitimar uma iniciativa do governo, através de seu Ministério da Educação e Cultura, para a democratização da educação no Brasil. Focando um acontecimento (a adoção e distribuição do livro), a revista

desconstrói um paradigma bem estabelecido na academia e o coloca em termos opostos e dicotômicos, forçando os leitores de sua publicação a tomarem partido em prol ou contra esta iniciativa. Assim, a revista exerce o seu direito discursivo buscando que os leitores construam a mesma ideia de sociedade que a publicação idealiza – uma sociedade que enxerga o mundo em preto e branco, certo e errado, bem e mal, sem espaço para o cinza, o adequado ou inadequado, o bom e mau.

As consequências pedagógicas de tal reconhecimento, bem como do fenômeno da variação linguística e do respeito a esse fenômeno, têm sido lentas em serem aceitas, principalmente fora dos círculos acadêmicos. Como colocou o linguista Antônio Marcuschi, “a variação intriga e instaura diferenças que, quando não bem-entendidas, podem gerar discriminação e preconceito” (MARCUSCHI, 2005, p. 32). E é justamente esse preconceito que tentam evitar as autoras quando da inclusão do capítulo em foco no livro *Por uma vida melhor*. Infelizmente, a iniciativa foi mal entendida e, aparentemente, custará a ser vista como algo positivo.

Os discursos e debates gerados por esse acontecimento, contudo, têm sido bastante produtivos, se não pelo simples fato de finalmente estarmos reconhecendo e construindo novos sentidos em torno da variação linguística, que já era bastante reconhecida entre linguistas, mas não havia sido até hoje tratada de forma tão abrangente e fértil. Dizemos fértil pois a controvérsia abriu caminhos para que discursos e vozes circulassem em diferentes espaços discursivos, gerando novos sentidos e, esperamos, desestabilizando a falsa hegemonia sob a qual vivemos hoje.

Referências

BETTI, Renata; LIMA, Roberta de Abreu. Os adversários do bom português. **Veja**, São Paulo, vol. v. 44, n. 21, p. 86-87, maio, 2011.

BRASIL. MEC/Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental**. Brasília: 1997, p. 39. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: jun. 2011.

_____. Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 1997, p. 26-27. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em: jun. 2011.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

DIONISIO, Ângela Paiva. Variedades linguísticas: avanços e entraves. In: BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONISIO, Ângela Paiva. **O livro didático de português: múltiplos olhares**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

MARCUSCHI, Antônio. Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”. In: BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONISIO, Angela Paiva. **O livro didático de português: múltiplos olhares**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

PINKER, Steven. **The language instinct: how the mind creates language**. New York: Harper Perennial Modern Classics, 2007.

PRECONCEITO contra a educação. **Veja**, São Paulo, v. 44, n. 21, p.14, maio, 2011.



Recebido em: 07/07/2011

Aprovado em: 16/08/2011

Para referenciar este texto:

CAVALCANTI, L.J.N. A Revista Veja e o livro Por uma vida melhor: uma análise crítica discursiva. **Lumen**, Recife, v.20, n.2, p. 45-57, jul./dez. 2011.